

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE  
O MINISTÉRIO DA SAÚDE E A UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Considerando que:

1. O XXI Governo Constitucional, no seu programa para a saúde, estabelece como prioridade aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e a motivação dos profissionais de saúde, promovendo uma melhoria da articulação entre as funções assistenciais, de ensino, de formação pré e pós-graduada e de investigação em universidades e a adequação da oferta educativa ao nível do ensino superior às necessidades de profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde;
2. A Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos (LBCP), veio criar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP), dotando-a de uma especificidade própria, tendo sido agora designada a Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, a quem compete designadamente: coordenar a RNCP e estabelecer orientações estratégicas e técnicas no domínio da formação contínua e específica dos diversos grupos de profissionais e voluntários a envolver na prestação de Cuidados Paliativos;
3. A Base XXVII da LBCP determina que a política de recursos humanos para as unidades e equipas de Cuidados Paliativos rege-se por padrões de qualidade, baseada na formação específica, de acordo com os níveis de diferenciação recomendados;
4. O investimento em formação específica e na dinamização do ensino na área dos Cuidados Paliativos, é fulcral para a prestação de Cuidados Paliativos de qualidade e para a valorização dos mesmos;
5. O Mestrado Integrado em Medicina da Universidade do Algarve (MIM-UALG) tem como objetivo a introdução de novos métodos pedagógicos no ensino médico em Portugal e a formação de médicos com aptidões reforçadas na área da comunicação, da intervenção comunitária e da investigação básica e clínica. A sua criação no Algarve visa ainda reforçar a fixação de médicos na região Algarvia, mediante a melhoria das condições de formação pós-graduada na região, impulsionando desta forma a melhoria dos cuidados de saúde no sul do país;
6. Nas atividades referenciadas, bem como em outras que vierem a ser planeadas, importa que o Ministério da Saúde e o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina da Universidade do Algarve procurem manter um diálogo de interesse recíproco;



É celebrado o presente Protocolo de colaboração entre:

**O MINISTÉRIO DA SAÚDE**, com sede na Avenida João Crisóstomo n.º 9, 1049-062 Lisboa, aqui representado pela Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, Edna Maria Fonseca Gonçalves;

E

**A UNIVERSIDADE DO ALGARVE**, pessoa coletiva de direito público, com sede no Campus da Penha, 8005-139 Faro, com o número de identificação fiscal 505 387 271, representada pelo seu Reitor, António Manuel da Costa Guedes Branco, com poderes para o ato;

Que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### **Objeto**

O presente Protocolo tem como finalidade enquadrar a colaboração entre o Ministério da Saúde e a Universidade do Algarve, adiante designados, em conjunto, por Partes, em matéria de Cuidados Paliativos e do seu desenvolvimento estratégico.

#### Cláusula 2.ª

##### **Áreas de Colaboração**

No âmbito do presente Protocolo, as Partes comprometem-se a colaborar e manter um diálogo de interesse recíproco, em matéria de Cuidados Paliativos, nas seguintes áreas:

- a) Formação pré-graduada, no sentido de serem incluídos no curso integrado de medicina conteúdos de medicina paliativa, com vista à eventual criação de uma disciplina específica;
- b) Formação pós-graduada, no sentido de poderem vir a ser criadas pós-graduações, mestrados ou programas doutorais em medicina paliativa;
- c) Investigação em Cuidados Paliativos;
- d) Em qualquer outra área a ser decidida entre as Partes, relevante na área dos Cuidados Paliativos.



Cláusula 3.<sup>a</sup>

**Formas de Colaboração**

1. A colaboração a ser desenvolvida entre as Partes revestir-se-á das seguintes formas:
  - a) Acordos específicos;
  - b) Projetos conjuntos;
  - c) Intercâmbio de informação;
  - d) Realização de reuniões de colaboração, conferências e seminários;
  - e) Cursos, seminários, simpósios e conferências;
  - f) Consultorias e recomendações técnicas;
  - g) Intercâmbios e visitas técnicas de especialistas;
  - h) Redes de Colaboração nas áreas definidas no presente Protocolo;
  - i) Outras formas a serem decididas pelas Partes.
2. Para o desenvolvimento da colaboração referida no presente Protocolo, as Partes comprometem-se a potencializar a utilização de fundos nacionais e internacionais existentes nas respetivas áreas.
3. A elaboração de protocolos de colaboração com terceiros nas áreas identificadas no presente Protocolo pode ser notificada à outra Parte para eventual participação.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Disposições Gerais**

1. O presente Protocolo de colaboração apenas pode ser alterado ou modificado mediante documento escrito e assinado pelas Partes.
2. Quaisquer dúvidas, omissões e alterações surgidas na execução do presente Protocolo de colaboração são resolvidas por mútuo acordo entre as Partes.

Cláusula 5.<sup>a</sup>

**Produção de Efeitos**

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigora por um período de um ano, sendo automaticamente renovado por igual período caso não seja denunciado por qualquer das Partes, nos noventa dias anteriores ao seu termo.

O presente Protocolo foi lido, assinado e rubricado por ambas as Partes, tendo sido entregue um exemplar a cada uma delas.

Faro, 4 de outubro de 2016

A Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos,

(Edna Maria Fonseca Gonçalves)



O Reitor da Universidade do Algarve



(António Branco)